

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANTONIO MENDES**

**A RENDA ECONÔMICA PRODUZIDA PELA COISA PÚBLICA –  
O CONTRACHEQUE ECONÔMICO DE SLOMSKI:  
O CASO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo

Cacoal  
2008

ANTONIO MENDES

**A RENDA ECONÔMICA PRODUZIDA PELA COISA PÚBLICA –  
O CONTRACHEQUE ECONÔMICO DE SLOMSKI:  
O CASO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**

Artigo apresentado à Fundação  
Universidade Federal de Rondônia,  
*Campus* de Cacoal, como requisito  
parcial para obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>.Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato.

Cacoal  
2008

**A RENDA ECONÔMICA PRODUZIDA PELA COISA PÚBLICA –  
O CONTRACHEQUE ECONÔMICO DE SLOMSKI:  
O CASO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**

Por

ANTONIO MENDES

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal  
de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para  
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis,  
mediante a Banca Examinadora, formada por:

---

**Presidente**

**Profº Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato – Orientadora/UNIR**

---

**Membro**

**Profº Ms. Geraldo Luiz Francisco da Silva - UNIR**

---

**Membro**

**Profº Ms. Wellington Silva Porto - UNIR**

**Cacoal  
2008**

## **DEDICATÓRIA**

A minha família pelo carinho, incentivo e dedicação nas horas difíceis de minha vida.

## **AGRADECIMENTO**

Ao Todo Poderoso, cujo nome é Deus dos Exércitos, por permitir este fraco ser trilhar uma vida bem aventurada na terra.

## **A RENDA ECONÔMICA PRODUZIDA PELA COISA PÚBLICA – O CONTRACHEQUE ECONÔMICO DE SLOMSKI: O CASO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**

**Antonio Mendes<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Considerando as grandes mudanças no setor público, principalmente na área de prestação de contas, faz-se necessário ferramentas cada vez mais eficientes e eficazes capaz de oferecer uma maior transparência na gestão pública. A *accountability* está sendo muito utilizada, pois remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas às instâncias controladoras ou a seus representados. O Contracheque econômico foi objeto de tese do doutorado do autor Slomski e este representa a junção da renda econômica e da renda financeira produzida pela coisa pública às famílias objetivando focalizar de uma forma simples e clara o quanto o ente público financia a população com a prestação de serviços seja de saúde, educação, segurança, etc. A pesquisa teve por objetivo demonstrar a evolução administrativa do setor público bem como sua estrutura apresentando as ferramentas de gestão, dando maior enfoque a nova ferramenta apresentada por Slomski – o Contracheque econômico -, tendo como objeto de estudo para levantamento dos dados qualiquantitativos as famílias de baixa renda conforme amostra (10%) de residentes na periferia do município de Primavera de Rondônia. Para levantamento dos dados foi utilizado questionário socioeconômico como meio de pesquisa para evidenciar a prestação de serviços pelo setor público e foi observado que à medida que a renda aumenta menos se utiliza os benefícios oferecidos pelo setor público.

**Palavras-chave:** Administração. Receita. Despesa. Serviço. Contracheque.

### **INTRODUÇÃO**

A eficiência administrativa no âmbito da gestão pública precisa ser considerada em um contexto amplo, onde vários fatores contribuem para que o discurso dos gestores públicos esteja dissociado da realidade. Tal fato pode ser percebido em todas as esferas do Poder Público, seja na Federal, Estadual ou Municipal.

A Administração Pública, por sua natureza, enfrenta vários problemas tais como: falta de continuidade administrativa motivada pelo caráter temporário do mandato do Chefe

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia *Campus* de Cacoal, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato.

do Executivo; forte predominância do perfil administrativo político em detrimento do perfil técnico administrativo e a ampliação extrema do conceito de burocracia, favorecendo a lentidão nas ações em todos os níveis da administração.

Nesse cenário, onde é perceptível que as dificuldades encontradas pelo gestor público são claramente maiores que as encontradas no setor privado, é necessário mecanismos que visem atenuar ou até mesmo eliminar os efeitos que chocam ou que causam maior impacto na população. Dessa forma, a Administração Pública executará cada vez mais o seu papel de atender aos interesses da sociedade da melhor forma possível.

A transparência na gestão pública está se tornando cada vez mais primordial e os gestores estão cada vez mais se preocupando em demonstrar o que a coisa pública produziu em suas respectivas gestões, o que torna a busca para prestar contas de forma clara e objetiva, tanto aos órgãos fiscalizadores quanto a população.

Os administradores da gestão pública buscam, tentando dar transparência de seus atos, alternativas para melhor expressar o que a coisa pública rendeu à população. Os instrumentos de prestação de contas evidenciados nas leis é de difícil entendimento por parte da população devido a sua complexidade.

O autor Slomski (2005) em sua tese de doutorado, apresentou o Contracheque econômico como uma forma eficiente e nova, de se prestar contas perante à sociedade, pois seu método de aplicação é individualizado por família e diz realmente o que o governo rendeu para cada unidade familiar buscando contribuir com a diminuição da assimetria de informações entre o ente público e a sociedade. Este trabalho teve por objetivo evidenciar a evolução na administração pública apresentando os conflitos gerados pela sociedade pelo não entendimento e acompanhamento da execução das atividades do poder público em prol da sociedade; Pesquisando junto à população se os cidadãos entendem os instrumentos de prestação de contas apresentados pelo ente público e abordou de forma sucinta as dificuldades do conflito de interesse entre administração pública e a sociedade no tocante a implantação ao processo de *accountability*, especialmente quanto aos seus aspectos éticos e sociais com base no modelo apresentado por Slomski, alicerçado no rendimento econômico oferecido aos cidadãos. Esse serviço não é nada fácil, pois normas e procedimentos utilizados hodiernamente estão tecnicamente distantes do entendimento da população interessada. Também foi levantada de forma qualitativa por meio de amostras qual a contribuição do poder público no sustento das famílias no município de Primavera de Rondônia.

Para a elaboração deste trabalho junto à população alvo da pesquisa foi consultado livros, revistas, artigos, obras eletrônicas, etc. pertinentes ao assunto, e realizado entrevista

com vista a preencher o questionário aplicado às famílias, a fim de evidenciar a aplicação do Contracheque econômico como forma de prestação de contas. O questionário foi aplicado às famílias que habitam na periferia do município de Primavera de Rondônia. De acordo com o IBGE residem na zona urbana 173 famílias e na periferia da cidade 73 deste total e a pesquisa contemplou 10% do total de famílias residentes na periferia, escolhidas aleatoriamente em partes proporcionais ao total de quadras que formam a parte de mais baixa renda de Primavera de Rondônia, que totaliza 8 famílias. Sendo assim foi aplicado um questionário com questões fechadas em formato de quadros a serem preenchidos com dados financeiros das famílias que foi realizada no mês de abril de 2008 e valendo ressaltar que a pesquisa é de cunho qualitativo, pois se fundamenta na proposta objeto da Tese de Slomski (2005) que tem por objetivo principal demonstrar o quanto a gestão pública contribui com as famílias.

## **1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Administração Pública ou gestão pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas coletivas pública, que existem para assegurar a satisfação das necessidades coletivas variadas: a segurança, a cultura, a saúde e o bem estar da população, etc.

Sob o aspecto operacional, a Administração Pública é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado, em benefício da coletividade. Rosa, (2001, p. 24), diz que a Administração Pública pode ser conceituada “como o conjunto de entidades e de órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa visando à satisfação das necessidades coletivas”.

A Administração Pública pode ser direta, quando composta pelas suas entidades estatais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), que não possuem personalidade jurídica própria, ou indireta quando composta por entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais. Fuhrer (1997, p. 26) complementa dizendo que a “Administração direta é constituída pelos governos da União, dos Estados e dos Municípios e seus Ministérios e Secretarias”. Pietro, (2005, p.361) acrescenta ainda que Administração indireta é uma “descentralização de competência de uma para outra pessoa, física ou jurídica”.

A Administração Pública tem como principal objetivo o interesse público tendo sempre como base os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF/88, Art. 37), e é conceituada com base nos aspectos orgânicos,



formal e material. Segundo ensina Pietro (2005, p. 58), o conceito de administração pública divide-se em dois sentidos:

Em sentido objetivo, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos. Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como sendo o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Em sentido objetivo é a atividade administrativa executada pelo Estado, por seus órgãos e agentes, com base em sua função administrativa. É a gestão dos interesses públicos, por meio de prestação de serviços públicos, enfim, é a administração da coisa pública. Já no sentido subjetivo é o conjunto de agentes, órgãos e entidades designados para executar atividades administrativas (MANZIONE, 2005).

Assim, Administração Pública em sentido material é administrar os interesses da coletividade e em sentido formal é o conjunto de entidade, órgãos e agentes que executam a função administrativa do Estado. Vale lembrar, que a maior finalidade seja da administração pública direta ou indireta é a social, ou seja, comunidade, população, enfim, o interesse público.

## **1.1 As Reformas da Administração Pública**

As reformas estruturais ocorridas na Administração Pública até o dia de hoje não foram e nem serão capazes de produzir os resultados almejados.

O que já se buscou foi mais dinamismo, por meios de organização e estruturação do sistema administrativo público, ou mediante reflexões para aumentar a eficiência da Administração Pública, como um todo sem, contudo, prestar a devida atenção aos seus servidores.

Jund (2006, p. 7), explica que: “O Brasil passou por três tentativas de reformas administrativas e, coincidentemente, com intervalos de trinta anos caracterizando as chamadas formas de Administração Pública, classificadas em: patrimonialista, burocrática e gerencial”.

A Reforma Administrativa de 1998 foi um grande passo na direção de melhorias do servidor por meio de sua constante capacitação, do incremento e valorização das carreiras ou ainda pelo incremento no número e na qualidade das Escolas de Governo, pois no início não

era assim. Jund (2006, p. 10), explica que nos “primeiros tempos da organização do Estado, não havia distinção entre a administração dos bens públicos e particulares, tudo era tido como domínio do monarca, que poderia dispor da forma que melhor lhe conviesse”.

Todos os movimentos de reforma administrativa no Brasil têm tido conotação estruturalista, isto é, a de modificação. Na verdade, transforma-se em um movimento de reorganização, ou seja, de revisão e criação de órgãos, extinção de outros, ou então, modificação na competência deles (GRANGEIRO, 2007).

Ocorre que estes movimentos, de modo geral, não têm alcançado efetivamente a pretendida reforma administrativa. O que se deve buscar, mais do que a reorganização, é a modernização. E esta tem que vir com amplo processo de consideração a propósito do servidor administrativo.

A reforma do Estado deve vir fundamentalmente com a revisão, com a reforma da mentalidade de seus servidores. Não apenas do servidor público em sentido estrito, mas, de modo muito especial, também do agente público, pois nesta categoria, estará envolvido o agente político (JUND, 2006).

O Estado ainda não foi capaz de mergulhar nas considerações pertinentes ao agente público nem alcançá-lo na sua intimidade, não desceu aos processos que busquem a sua motivação para o trabalho de realização do interesse público.

As modificações se restringem às leis, regulamentos, classificação de cargos, consideração teórica das carreiras, mas, na verdade, isto não tem resultado no essencial, que é o aperfeiçoamento do servidor. Este aperfeiçoamento invoca um processo de ampla conscientização, de profunda identificação do servidor com seus objetivos.

Chega-se, então, a esta reforma administrativa instaurada na última década. Algumas considerações pertinentes ao servidor foram inseridas nos textos legais. No entanto, no plano da reforma administrativa, se indagar dos instrumentos que efetivamente tenham aptidão para alcançar a efetiva modernização do Estado, verifica-se que estes instrumentos dizem respeito, praticamente, ao prestígio atribuído à carreira do funcionário público (GRANGEIRO, 2007).

Outro elemento a considerar-se neste plano da modificação consiste na flexibilização dos concursos públicos, o que, de algum modo, procura conciliar a regra do concurso com as características de carreiras, determinantes de um certo estilo de flexibilização.

E neste quadro, por último, pode dizer-se que a avaliação de desempenho realmente, é um instrumento poderoso, fecundo e salutar, no sentido de se despertar o servidor para os novos rumos que ele pode perseguir, para as conseqüências que ele pode alcançar (ROSA,

2001). A simples consignação da regra, do direito posto, por si só, não assegura os resultados desejados. Este é o grande problema da administração pública brasileira.

Então, o que se quer assinalar é que mesmo estas regras de cunho técnico incontroverso, mesmo elas requerem um processo de alteração da mentalidade. E a modificação da mentalidade, como se sabe, envolve um processo de conscientização, e conscientizar, não parece que seja papel da lei. A lei, efetivamente, por si só, não conscientiza (PIETRO, 2001).

Para se melhorar o serviço público, deve haver investimentos no pessoal administrativo. O agente público pode ser a solução para a melhor reforma administrativa, para que o serviço público seja capaz de satisfazer as necessidades sociais.

## **1.2 Receita Pública**

Qualquer ramo de negócio, seja em uma empresa, associação, sindicato, etc, precisa de recursos para desenvolver suas atividades e gerir suas prestações de serviços. Na administração pública não é diferente, cada ente, seja União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, precisam obter rendas para poder sobreviver e conseqüentemente desempenhar suas atividades.

Na Administração direta ou indireta para que o ente possa realizar suas funções e tarefas públicas têm que obter recursos que o possa manter. A receita pública está relacionada com o que o ente público sobrevive.

A União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem suas próprias formas de captação de recursos e uma das grandes fontes de recursos são os tributos isso para a administração pública direta (KOHAMA, 1998).

Já a administração pública indireta vive mais de subvenções sociais/econômicas e outras fontes de recursos ora repassados pela administração direta, ora obtidos pelos seus próprios esforços, prestando serviço que obtenha rentabilidade perante a sociedade comum (ANGÉLICO, 1998).

Outrossim, além dos tributos os entes da administração pública possuem outros tipos de recursos, como por exemplo, as vendas de bens, em que o ente público perde um bem patrimonial, mas automaticamente obtém recursos.

Kohama, (1998, p. 85), diz que: “entende-se, genericamente, por Receita Pública todos e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo arrecada”.

De um jeito ou de outro, tudo que for arrecadado pelo ente público é uma receita pública independente da origem.

Angélico (1994, p. 44) complementa: “Receita Pública, em seu sentido mais amplo, é o recolhimento de bens ao cofre público. Ingresso, entrada ou receita pública é, na verdade, expressões sinônimas na terminologia de finanças públicas”.

Sendo assim, qualquer tipo de ganho para o ente público é considerado receita pública. Um fator interessante nessa síntese é que os doutrinadores não estabelecem limites para que algo possa ser aceito ou não como receita, onde tudo que influenciar no ente público aumentando seu patrimônio ou lhe ajudando na prestação de serviços é considerado receita/entrada.

A Receita Pública é dividida em duas categorias: receitas correntes e receitas de capital. A diferenciação da receita corrente para a receita de capital está em sua forma de obtenção.

A Lei 4.320/64 (Art.11,§ 4º) define como Receitas Correntes:

**Receita tributária:** Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria;

**Receita Patrimonial:** Receitas imobiliárias, Receitas de valores Mobiliários, participações e Dividendos e outras Receitas Patrimoniais;

**Receita Industrial:** Receita de Serviços Industriais, Outras Receitas Industriais, **Transferências Correntes e Receitas Diversas:** Multas, Contribuições, Cobrança da Dívida Ativa e Outras Receitas Diversas.

A receita corrente é a mais abrangente das receitas públicas dos entes Federados, pois nela se situa a maior parte dos recursos da esfera pública, ou seja, a que praticamente sustenta os pilares da coisa pública.

A Lei 4.320/64 (Art.11, §4º) diz que Receita de Capital são oriundas de “Operações de Crédito, Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Amortização de Empréstimos Concedidos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital”.

As receitas de capital são menos usuais. O ente público somente as utiliza em situações especiais; as operações de crédito (empréstimo), por exemplo, a entidade pública só a fará se estiver precisando de recursos para cobrir uma despesa de caráter urgente e que não se tenha recursos corrente suficientes para cobrir.

A alienação (venda) de bens móveis e imóveis é algo eventual, somente se faz isso por necessidade ou interesse da administração (MENDES, 2003). Sendo pouco usual um ente público desfazer de seus bens, visto que um dos maiores interesses é aumentar patrimônio.

As receitas de capital é considerada não muito interessante para a Administração pública, salvo situações especiais que assim se façam necessárias. Faz-se uma pequena exceção a amortização (recebimento) de empréstimos concedidos, visto que, uma pessoa somente poderá fazer um empréstimo a outrem se tiver recursos sobrando.

Assim, quando o ente público faz um empréstimo a outro é porque está econômico e financeiramente bem, logo, amortização (recebimento) de empréstimos concedidos é o retorno de seu investimento, servindo como uma renda a mais para o ente público.

Outro fator interessante a se observar na receita pública é o regime contábil que ela adota. Enquanto que a área privada é usual o regime de competência – momento que se assume uma obrigação ou promessa de receber algo - para a área pública a receita é contabilizada com o “regime de caixa” (Lei 4.320/ 64, Art. 35, inciso I), logo, somente o fato de se arrecadar, pode ser considerado receita. Sendo assim, entrou dinheiro considera-se receita, se não entrar dinheiro fica contabilizado apenas à previsão de arrecadar no orçamento.

### 1.2.1 Estágios da Receita Pública

A receita pública passa por alguns estágios antes do efetivo uso dos recursos. Esses estágios são feitos para facilitar a contabilização das receitas sejam elas correntes ou de capital.

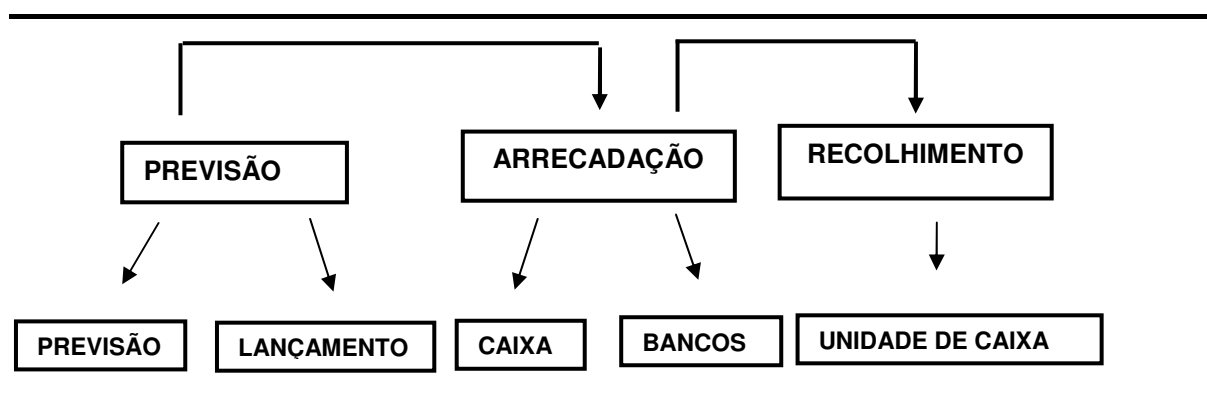


Figura 1 – Fases da Receita Pública  
Fonte: DIAS (2006).

A previsão é o momento em que a Administração Pública trabalha com o orçamento público, ou seja, a entidade pública prevê o quanto vai arrecadar (ganhar) de receita durante o ano. E não pode ser feito de qualquer maneira. O ente público terá que ter por base os exercícios anteriores, com base em legislação específica explicando a forma como deverá ser feito à estimativa de quanto o ente irá arrecadar durante um determinado período.

A forma como o ente público irá efetuar a estimativa da receita está sagrado na Lei 101/00 (Art. 12) que diz:

As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Observa-se que a receita estimada segue um rigoroso processo, isso, para que o ente público quando evidenciar sua previsão de receita seja o mais preciso possível, levando em consideração todos os fatores que poderão influenciar na arrecadação futura.

### **1.3 Despesa Pública**

Enquanto a receita pública é a forma como o ente público aufere recurso a despesa pública é a forma como os entes públicos gastam os recursos públicos. Quando o município paga seus funcionários este precisa desembolsar dinheiro, isso é um exemplo claro de como os recursos públicos são usados.

Mas estes gastos não podem ser de qualquer maneira, ou seja, a lei estabelece limites e regras para os gastos serem realizados.

Assim como as receitas se divide em receitas correntes e de capital as despesas também possuem a mesma classificação. A Lei 4.320/64 (Art.12) classifica em “Despesas Correntes: Despesas de Custeio, Transferências Correntes; Despesas de Capital: Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital”.

As despesas correntes são direcionadas para gastos com pessoal (salários), e está voltada para a parte operacional que é gasta com compra material de consumo, serviços, etc. Já as despesas de capital são usadas comumente para os gastos de construção de imóveis. De maneira geral, são gastos para aquisição de produtos de grande vulto (imóveis, móveis).

A despesa pública nada mais é que a forma como o ente público gasta suas receitas, porém de forma a sempre buscar o interesse público sobre o privado e a obediência às normas.

## **2 ACCOUNTABILITY E O DEVER DE PRESTAR CONTAS**

A *accountability* está relacionada com a prestação de contas de uma determinada entidade pública, podendo, dependendo da situação, ser interpretada de diversos modos e possuir significados conforme a situação em que seja colocada. O termo foi fundamentado justamente para especificar o dever do gestor na prestação de contas, o que o torna cada vez mais importante numa sociedade em desenvolvimento como o Brasil que por muitas vezes é marcado por escândalos relacionado com as contas dos entes públicos.

O termo *Accountability* remete a situação em que o gestor público tenha que explicar seus atos administrativos. É um termo da língua inglesa sem tradução exata para o português, que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados (WIKIPEDIA, 2008).

Fica cada vez mais evidente a busca pela transparência no setor público. Os legisladores buscam por meio de normas e instrumentos legais a obrigatoriedade da prestação de contas. O sistema brasileiro que norteia a prestação de contas é cada vez mais abrangente, delineando esforços cada vez mais rígidos para os gestores da coisa pública. Conforme a Constituição Federal de 1988 (Art. 70, § único): “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

Verifica-se, assim que prestar contas não é uma mera utilidade pública ou conveniência, é na verdade uma obrigação e essa obrigação decorre de lei que vincula o administrador público à prestação de contas. Não é somente a administração direta ou indireta que deve prestar contas, e sim, qualquer pessoa que esteja envolvida com o dinheiro público, e o legislador faz questão em mencionar que essa pessoa pode ser física (SANTOS, 2006).

Têm-se outros dispositivos legais que mencionam o dever do setor público em prestar contas. A Lei 4.320/67 (Art. 83), diz que “a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados”.

Outro fator interessante é a aparição da contabilidade como sendo algo de controle e não somente registro, quando o legislador diz “[...] a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública[...]” (Lei 4.320/67, Art. 83). Percebe-se que a legislação dá autonomia para a contabilidade como algo que será uma ferramenta para utilizar na prestação de contas. E, reafirma essa utilização acrescentando “[...] a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade. [...]” (Lei 4.320/67, Art. 84).

Outrossim, o dever de prestar contas não fica só nisso, tem-se ainda a Lei Complementar 101/00 (Art.56), que diz: “As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público”.

Fica claro e evidente que o dever de prestar contas engloba todos que estejam envolvidos com o dinheiro público e bom seria se os gestores da coisa pública tivessem acima do dever de prestar contas, o desejo de prestar contas aos órgãos fiscalizadores e principalmente à sociedade.

## **2.1 Formas Como o Governo Presta Contas**

Além de nortear a obrigatoriedade de prestar contas o legislador explica também as formas como deverá ser prestado contas, ou seja, o que o gestor público deverá fazer, como irá produzir um instrumento de divulgação que servirá como transparência de seus atos.

A Lei Complementar 101/00 (Art. 48), especifica:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Vê-se que a legislação especifica as formas como o gestor público explicará o que fez com o dinheiro público, servindo como meio de transparência. Essa mesma lei no (Art. 48, § único), acrescenta “A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”.



Será tudo isso suficiente? A população consegue entender esses instrumentos de transparência? Pega-se, por exemplo, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Este relatório é de suma importância e é mencionado também pela CF/88 (Art.165, § 3º), que diz: “O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária”. Esse relatório terá que evidenciar o balanço orçamentário que é a demonstração de como o ente público obteve todas suas receitas e como foram gastas suas despesas, nada mais obvio sendo que com esse relatório pode-se saber o que realmente foi gasto e como foi gasto.

Outro instrumento de transparência é o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101/00 (Art. 54) que diz “Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos o Relatório de Gestão Fiscal”.

A amplitude do Relatório de Gestão Fiscal está relacionado com a despesa total com pessoal, distinguindo inativos e pensionistas, ou seja, o quanto foi gasto com pagamento de salários e subsídios em geral. Evidenciará também dívidas consolidada e mobiliária que são dívidas de suma importância para o ente público e seus limites são fixados pelo Senado Federal.

Outro instrumento que servirá como transparência é a prestação de contas e o parecer prévio do TCU<sup>2</sup>, no caso federal, e TCE<sup>3</sup>, no caso estadual e municipal.

Com base na IN nº 13 do TCE-RO, evidenciam-se os componentes da prestação de contas do Estado de Rondônia, entre eles: “Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, dentre outros”, que são instrumentos extremamente técnicos.

Diante do contexto torna-se cada vez mais necessário uma ferramenta que direcione a prestação de contas a um bom entendimento da população.

### **3 CONTRACHEQUE ECONÔMICO**

A busca incessante pela melhor forma de prestar contas não pode ficar presa somente aos legisladores, de forma direta ou indireta cada profissional da área das ciências sociais tem que ter esse espírito de transparência somente assim poder-se-á chegar a um instrumento capaz de mudar ou até mesmo aumentar a participação da sociedade no *accountability*.

---

<sup>2</sup> Tribunal de Contas de União.

<sup>3</sup> Tribunal de Contas do Estado.

Segundo Jund (2006, p. 421):

Diante desse novo cenário que se apresenta, a Contabilidade Governamental não pode ficar adstrita ao objetivo da prestação de contas, pois deve estudar formas que permitam o controle efetivo da gestão do governo e, ainda, pesquisar alternativas que auxiliem o processo decisório, buscando sempre a transparência dos demonstrativos contábeis e financeiros para que todos os cidadãos possam compreender as ações do governo, aguçando a análise crítica e permitindo-lhes discernir quanto à forma de sua atuação, mormente no que diz respeito à subtração de parte do patrimônio do povo por meio de tributos.

Devido ao interesse da população em saber como o setor público utiliza o dinheiro público, busca-se por algo novo, capaz de traduzir de forma simples e objetiva a transparência nesse setor. Tenta-se desburocratizar a área pública e torná-la o mais gerencial possível e evidencia-se que o cidadão tem que compreender a ação do governo, pois é a sociedade que financia toda a esfera pública, por meio dos tributos. Jund (2006, p. 421) diz que “tem-se que preparar os sistemas de informações contábeis, para que possam responder as perguntas impostas pela sociedade”.

Não obstante dizer, que o enfoque para mudar a forma da Administração Pública tem-se que adentrar na área gerencial. Jund (2006, p. 422) acrescenta dizendo que: “cumpre aos profissionais de contabilidade das entidades governamentais modificarem a ênfase da Contabilidade”.

Com isso prova-se que os sistemas de informação contábeis públicos ainda não estão atendendo de maneira clara e acessível aos cidadãos.

Como resolver esses problemas? Será possível um instrumento capaz de mudar esse cenário? As formas de transparência divulgados pelo poder público, evidencia-se as formas de prestação de contas como um todo. Slomski, (2005, p. 108), complementa que: “o Estado ao mensurar e demonstrar o resultado econômico através da Demonstração de Resultado Econômico evidencia o resultado econômico global ou parcial das atividades do Estado para com a sociedade”.

O Contracheque econômico é uma ferramenta de gestão e transparência que opera de modo eficiente, pois evidencia de maneira clara e objetiva o que o ente público repassou por meio de prestação de serviços e se divide em duas partes: renda econômica e renda financeira auferida pela família.

**A renda econômica** auferida pela família é todo ganho com serviços prestados por parte do governo - no caso município à família - e se classifica em: consultas médicas, ensino,

coleta de lixo (SLOMSKI, 2005) [grifo nosso]. Quando alguém da família faz algum tipo de consulta médica em um posto de saúde o ente público está prestando serviço.

**A renda financeira** auferida pela família é todo ganho em que se verifica a entrada de bens ou valores que é classificada em: salário-desemprego, bolsa-família, cesta básica, medicamentos, etc. Tudo o que entrou no rendimento familiar que seja diferente de prestação de serviços é um rendimento financeiro (SLOMSKI, 2005) [grifo nosso]. Verifica-se que o salário-desemprego é auferido quando algum grupo da família sofreu involuntariamente a perda do emprego.

A bolsa-família é um programa que paga a família com rendimento familiar baixo um determinado valor tendo como principal objetivo garantir à família o direito a alimentação, e o acesso à educação e saúde. As cestas básicas são raramente oferecidas geralmente em caso de necessidade em que seja necessário medidas urgentes.

Os medicamentos são oferecidos nos postos de saúde para as pessoas que não têm condições de comprar ou adquirir esses medicamentos.

Por exemplo, quanto a União gastou com o SUS? Ou, quanto determinado município gastou na educação? Vê-se que em nenhum momento existe a prestação de contas individual, ou seja, o quanto a coisa pública rendeu para um determinado indivíduo ou sua família.

Slomski (2005, p. 108), apresenta em sua tese de doutorado, a alternativa do Contracheque econômico e, expõe: “O contracheque econômico, por sua vez, evidencia os serviços prestados pelo Estado ao cidadão aos seus custos de oportunidade e ainda os valores transferidos em espécie ou por meio da entrega de materiais (distribuição gratuita) para o cidadão e seus familiares”.

O contracheque econômico evidencia o quanto a máquina pública rendeu individualmente a cada indivíduo e sua família. Slomski, (2005, p.109), aduz que:

A renda econômica a ser apresentada no contracheque econômico será aquela dada pela multiplicação dos serviços prestados pelo seu custo de oportunidade. A esta renda soma-se os valores em espécie recebidos do Estado, para verificar qual foi o resultado econômico/financeiro que o Estado gerou para o cidadão e sua família naquele período. Portanto, a renda econômica apresentada no contracheque econômico será o incremento não monetário auferido pelo cidadão, quando da fruição de um serviço público, ao seus custo de oportunidade.

Na gestão pública o custo de oportunidade será o menor preço de mercado à vista atribuído ao serviço prestado ao cidadão com similar qualidade e oportunidade daquele desprezado pelo cidadão ao utilizar o serviço público (SLOMSKI, 2005).

Simplificando, o contracheque econômico evidencia o quanto o cidadão deixou de gastar utilizando os serviços públicos e é uma forma de avaliação dos resultados do Estado, pois este deve ser avaliado não pelo que consome, mas sim pelo que produziu, ou seja, o Estado deve ser governado como quem administra uma empresa.

#### **4 RENDA ECONÔMICA PRODUZIDA PELA COISA PÚBLICA EM PRIMAVERA DE RONDÔNIA – ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA**

O município de Primavera de Rondônia é um dos 52 municípios do Estado de Rondônia, de pequena extensão, sendo sua emancipação em 22 de junho de 1994. É formado por uma população predominantemente rural que segundo IBGE<sup>4</sup> possui um total de 3.704 habitantes sendo que deste total 860 habitantes residem na zona urbana. A pesquisa aplicada é de cunho qualitativo visto que não é necessário uma grande amostra para se evidenciar o que o setor público está rendendo às famílias, pois os valores ora repassados pelo município as famílias são os mesmos, considerando que conforme demonstra a amostra as famílias possuem renda semelhante.

Para levantar a renda econômica produzida pela coisa pública foram entrevistadas 8 famílias no município de Primavera de Rondônia tendo por base as famílias que habitam na periferia do referido município, sendo que de acordo com o IBGE a quantidade de famílias residentes na zona urbana é de 173 e na periferia da cidade é de 73 famílias desta quantidade utilizou-se 10% que totalizou 8 famílias sendo 1 família por quadra da periferia no mês de abril de 2008. As entrevistas tiveram por objetivo preencher um questionário em formato de quadros adaptados do autor Slomski (2005).

O cadastro das famílias teve por base o levantamento de dados socioeconômicos das famílias que residem na área de objeto de estudo. Por meio da entrevista foi necessário que o responsável pela família informasse quantas pessoas moram na residência, nome, parentesco, idade, quantos trabalham, quantos estudam pois o objetivo dessa fase foi cadastrar a família e obter seu número total de pessoas.

Conforme dados levantados observou-se que 75% das famílias têm de 2 a 5 pessoas por famílias e apenas 25% delas têm acima de 5 pessoas.

O governo presta serviço à população por meio da educação, saúde, segurança, etc, sendo que tudo quanto o governo presta serviço aos cidadãos estes deixam de gastar de sua

---

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2007.

renda particular. Isso é um favor do governo? De maneira nenhuma. Cada cidadão tem o direito de receber do governo prestação de serviços públicos, dignos e de qualidade pois os cidadãos pagam os tributos para receber em forma de prestação de serviços. É como se o cidadão investisse em uma empresa (governo) por meio de integralizações de capital/pagamento de tributos ao ente público, o que o torna por excelência com o direito de receber as prestação de serviços do governo (SLOMSKI, 2005).

Quanto o cidadão iria pagar caso o município não prestasse seus serviços (saúde, educação, coleta de lixo)? Pesquisa-se no setor privado os menores valores com os gastos de uma consulta médica, colégios particulares, obteve-se o resultado apresentado conforme Quadro 1 na página seguinte:

**Quadro 1 - Serviços prestados pelo município de Primavera de Rondônia no mês de abril de 2008 às famílias**

Discrição dos Serviços Prestados	FAMÍLIAS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Consulta médio: Posto de Saúde	150,00	120,00	-	-	-	-	150,00	-
Creche	-	-	160,00	-	-	-	-	243,00
Ensino: Fundamental	183,00 172,00 172,00	183,00	183,00	183,00 183,00	183,00	172,00 172,00 172,00	183,00 172,00	-
Ensino: Médio	-	243,00	-	308,00	308,00 243,00	243,00	-	-
Ensino: Superior	-	-	-	-	-	-	-	-
Coleta de lixo	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
<b>TOTAL</b>	<b>679,50</b>	<b>548,50</b>	<b>345,50</b>	<b>676,50</b>	<b>736,50</b>	<b>761,50</b>	<b>507,50</b>	<b>245,50</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

Isso é o que se chama de custo de oportunidade, ou seja, caso o ente público não prestasse o serviço, esse seria o valor do desembolso de cada família de acordo com o que ela fez no mês (consulta médica, filhos que estudaram, lixo que foi coletado, etc).

O município de Primavera de Rondônia presta serviços aos cidadãos primaverenses, mediante suas condições enquanto ente público. Constatou-se que 100% das famílias recebem alguma prestação de serviço do município, principalmente na área da educação, pois todas as famílias entrevistadas possuem filhos que estudavam. Na área da saúde foi questionado se qualquer membro da família havia feito alguma consulta médica no Posto de Saúde do município e 37,5% das famílias entrevistadas afirmaram ter feito consulta médica no mês de

abril de 2008. Outra questão foi a coleta de lixo e sua periodicidade, e 100% das famílias registradas afirmaram que a coleta de lixo ocorre no mínimo 2 vezes por mês.

O objetivo da evidenciação destes serviços prestados pelo município às famílias é justamente demonstrar o custo de oportunidade, ou seja, se o município não prestasse esses serviços o quanto isso custaria às famílias. Quanto cada família teria que desembolsar caso o ente público – município Primavera de Rondônia – não prestasse esses serviços.

Um dos maiores problemas do Brasil é a má distribuição de renda; como a riqueza está se acumulando está nas mãos de poucos o governo precisa trabalhar para minimizar esta situação, buscando alguma forma tornar igual o que está desigual. O consumo com base no rendimento familiar mensal foi demonstrado no Quadro 2 apresentado na próxima página:

**Quadro 2 - Consumo familiar mensal com base no rendimento familiar**

	FAMÍLIAS															
	1		2		3		4		5		6		7		8	
Rendimento familiar	<b>415,00</b>		<b>450,00</b>		<b>550,00</b>		<b>570,00</b>		<b>750,00</b>		<b>800,00</b>		<b>830,00</b>		<b>890,00</b>	
Grupos de Consumo	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$
Alimentação	40	166,00	50	225,00	50	275,00	50	285,00	50	375,00	40	320,00	40	332,00	40	356,00
Vestuário	10	41,50	7	31,50	12	66,70	12	68,40	7	52,00	10	80,00	15	124,50	13	115,70
Limpeza	3	12,45	4	18,00	5	27,50	8	45,60	10	75,00	5	40,00	6	49,80	7	62,30
Higiêne	5	20,75	3	13,50	5	27,50	4	22,80	10	75,00	7	56,00	5	41,50	6	53,40
Assistência a saúde (privada)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	58	240,70	64	288,00	72	396,00	74	421,80	77	577,50	62	496,00	66	547,00	66	587,40
IPTU	0,81	3,33	0,74	3,33	0,37	3,33	0,58	3,33	0,44	3,33	0,42	3,33	0,40	3,33	0,37	3,33
<b>TOTAL</b>	58,8	<b>244,03</b>	64,74	<b>291,33</b>	66,37	<b>399,33</b>	74,58	<b>425,13</b>	77,44	<b>580,83</b>	62,42	<b>499,33</b>	66,40	<b>551,13</b>	66,37	<b>590,73</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

Como a amostra se ateve as famílias de baixa renda, residente na periferia, para chegar-se ao Contracheque econômico buscou-se primeiramente demonstrar o rendimento familiar para depois demonstrar como o município ajudou as famílias. Das famílias entrevistadas 87,5% recebem de 1 a 2 salários mínimos demonstrando assim que a capacidade dessas famílias é bem limitada ao tocante financeiro 12,5% dos entrevistados auferem rendimento de 2 a 3 salários mínimos. Foi questionado também o quanto cada família gasta do rendimento familiar mensal com necessidades básicas, pois qualquer pessoa não viveria sem essas necessidades vitais do ser humano que são: alimentação, vestuário, limpeza e higiene.

Constatou-se que 50% das famílias gastam a metade de seus rendimentos com alimentação, das demais famílias 50% delas utilizam 40% de seus rendimento com alimentação. Verifica-se que 100% das famílias gastam de 7% a 15% com vestuário, geralmente com compras parceladas visto que as aquisições à vista poderiam se tornar inviáveis e comprometer o gasto com outras necessidades. 65% das famílias gastam entre 5% e 10% com produtos de limpeza e 35% das famílias gastam abaixo de 5% mensal com a compra desses produtos. Já o gasto mensal com higiene pessoal ficou assim demonstrado pelo levantamento: 75% das famílias gastam entre 5% e 10% do rendimento familiar com higiene pessoal e 25% das famílias gastam abaixo de 5% com esse item.

Com relação a integralização de capital (SLOMSKI, 2005) busca-se evidenciar também o quanto a família paga por mês de IPTU. Para que esse quesito pudesse ser deduzido do rendimento familiar foi necessário buscar na Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia os valores cobrados do referido imposto. Sendo um imposto anual, utilizou-se dos princípios fundamentais de contabilidade e pode-se provisioná-lo em valores mensais.

Constatou-se na área de tributação do município de Primavera de Rondônia que na periferia o IPTU custa menos, em torno de R\$ 40,00 reais anual e R\$ 3,33 reais mensal. É claro que no centro da cidade torna-se mais oneroso.

Pelo valor do IPTU constatou-se que 37,5% das famílias gastam entre 0,50% e 1% do rendimento familiar com o provisionamento do IPTU e as outras 62,5% das famílias gastam abaixo de 0,50% com esse provisionamento. Não se falou em outros tributos porque o município alvo da pesquisa cobra somente três tipos de impostos<sup>5</sup>. Como as famílias pagam (integralizam) o IPTU das casas, constata-se que a relação custo/benefício é excelente considerando o quanto o município por meio de benefícios tem repassado às famílias por meio das prestações de serviços públicos, ora apresentados no Quadro 3, seguinte.

---

<sup>5</sup> ISS – imposto sobre serviço de qualquer natureza, ITBI – imposto sobre transmissão *inter vivos* e IPTU - imposto sobre propriedade territorial urbana



**Quadro 3 - Contracheque Econômico (valor em \$)**

FAMÍLIAS	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês</b>	<b>679,5</b>	<b>548,5</b>	<b>345,5</b>	<b>676,5</b>	<b>736,5</b>	<b>761,5</b>	<b>507,5</b>	<b>245,5</b>
(+) Consulta médio:	150	120	-	-	-	-	150	-
(+) Creche	-	-	160	-	-	-	-	-
(+) Ensino Fundamental	527	183	183	366	183	516	355	243
(+) Ensino Médio	-	243	-	308	551	243	-	-
(+) Coleta de Lixo	2,50	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
<b>(=) Renda financeira do mês</b>	<b>91</b>	<b>66</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>87</b>	<b>56</b>	<b>53</b>
(+) Salário Desemprego	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Bolsa – família	36	36	-	-	36	72	36	18
(+) Cesta Básica	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Medicamentos	55	30	-	-	-	15	20	35
(+) outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>(=) Renda econômica e financeira familiar/mês</b>	<b>770,5</b>	<b>614,5</b>	<b>345,5</b>	<b>676,5</b>	<b>772,5</b>	<b>848,5</b>	<b>563,5</b>	<b>298,5</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

Na estruturação do Contracheque econômico com base nos dados levantados das famílias no quadro 3 constatou-se que 100% das famílias recebem algum tipo de benefício da prefeitura municipal de Primavera de Rondônia, seja, na parte econômica ou financeira.

A estruturação do Contracheque econômico ora exposto no quadro 3 é a junção da renda econômica e financeira produzida no mês (abril/08) dando o total global de tudo o que as famílias receberam do município em forma de prestação de serviços, seja no ganho de bens, valores, etc.

A pesquisa demonstrou que a renda econômica e financeira representou acima de 80% do total global de ganhos. Verifica-se que a prestação de serviços por parte do município de Primavera de Rondônia é bem maior que o repasse de bens ou valores pelas famílias ao município.

Os contracheques econômicos aplicados às famílias convertidos em salários mínimos ficaria assim: rendeu menos que 1 salário mínimo a 25% das famílias, rendeu de 1 a 2 salários mínimos a 62,5% das famílias e de 2 a 3 salários mínimos a 12,5% das famílias. Isso evidencia que para uma família de baixa renda as prestações de serviços e o ganho de bens ou valores do poder público é essencial para a sobrevivência das mesmas.

Fato interessante é que em 37,5% das famílias pesquisadas o Contracheque econômico é maior que o rendimento mensal da família, ou seja, caso o município não prestasse esses serviços essenciais, em momento algum essa percentagem de famílias iria subsidiar com seus próprios recursos esses serviços prestados pelo município de Primavera de Rondônia.

**Quadro 4 - Rendimento mensal somado com renda econômica e financeira**

Salário mensal bruto	<b>415,00</b>	<b>450,00</b>	<b>550,00</b>	<b>570,00</b>	<b>750,00</b>	<b>800,00</b>	<b>830,00</b>	<b>890,00</b>
(-) Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Salário antes da integralização de capital	415,00	450,00	550,00	570,00	750,00	800,00	830,00	890,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33
Salário mensal líquido	411,67	446,67	546,67	566,67	746,67	796,67	826,67	886,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	679,50	548,50	345,50	676,50	736,50	761,50	507,50	245,00
Renda financeira conforme contracheque econômico	91,00	66,00	-	-	36,00	87,00	56,00	53,00
<b>Rendimento mensal líquido</b>	<b>1.182,17</b>	<b>1.061,17</b>	<b>892,17</b>	<b>1.243,17</b>	<b>1.519,17</b>	<b>1.645,17</b>	<b>1.390,17</b>	<b>1.185,17</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

Com o rendimento mensal somado com a renda econômica financeira conforme apresentado no quadro 4, busca-se mostrar com este quesito o quanto às famílias obtiveram somando o rendimento familiar conseguido por meio do esforço familiar em determinado mês (abril/08) com os respectivos resultados do Contracheque econômico.

Para fins de esclarecimento o pagamento de impostos funciona como uma integralização de capital, pois o cidadão é como se fosse um sócio do município, porque este precisa de tributos para prestar seus serviços e aquele precisa de retorno; logo, o cidadão nada mais é que o mais interessado na prestação de contas. Essa visão de que o cidadão é o foco na Administração pública deveria ser imprescindível para que o administrador público fosse mais feliz em suas prestações de contas.

Considerando a pesquisa aplicada e dados apresentados no quadro 4 constatou-se que 62,5% das famílias pesquisadas aumentaram acima de 100% de seu Salário bruto mensal com o Contracheque econômico, ou seja, o Contracheque econômico evidenciou surpreendentemente que o município de Primavera de Rondônia presta serviços econômico/financeiro equivalente ao rendimento familiar em um determinado mês (abril/2008). Exemplificando melhor, constata-se que se a família auferiu R\$ 100,00 com salário bruto no mês, o município prestou outro R\$ 100,00 em prestação de serviços econômico/financeiro, dobrando assim o rendimento mensal líquido de R\$ 100 para R\$ 200,00 reais, conforme apresentado no quadro 4, demonstrando que a participação do município para a sobrevivência dessas famílias é indispensável.

Das 37,5% restante das famílias pesquisadas, observa-se que estas aumentaram seu rendimento familiar mensal líquido entre 33% e 70% com os serviços prestados econômico/financeiro pelo município de Primavera de Rondônia. Observa-se com isso que quanto maior for o rendimento mensal, menos irá depender das prestações de serviços públicos do município. Não obstante dizer que ainda que uma família tenha renda familiar bruta suficiente para garantir uma independência de serviços prestados pelo setor público, tem todo o direito de usufruir dos respectivos serviços públicos prestados pelo município, visto que paga seus tributos de igual modo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tendência da Administração Pública de hoje é buscar a máxima eficiência na prestação de contas e os ramos das ciências sociais têm por obrigação trabalhar na busca de

novas ferramentas de gestão de transparência no setor público pois a verdade que a maior parte da população não entende os instrumentos de transparências utilizados por serem muito técnicos.

A gestão gerencial é um grande passo no setor da Administração pública e vem se tornando cada vez mais essencial objetivando culminar de vez em uma democracia alicerçada e direcionada para um alvo - o povo.

A pesquisa revela que as famílias são dependentes do setor público e este é essencial na busca do equilíbrio e na divisão de rendas. Infelizmente, sabe-se que se um gestor não atende em 100% as exigências legais e o maior prejudicado é o cidadão que depende da assistência do ente público que por vezes deixa a desejar.

A estratégia para o futuro respaldado em conceitos de muitos autores é a busca pela maior responsabilidade e transparência possível, alicerçado na pesquisa, estudo, princípios legais, etc. Com isso poder-se-á ter um prospero futuro para o povo brasileiro pois este sempre foi por muitos anos prejudicado com o poder nas mãos de poucos e com os más administradores da coisa pública.

O demonstrativo da renda econômica produzida pela coisa pública por meio do contracheque econômico no município de Primavera de Rondônia deixa claro para o cidadão o quanto o município gerou para sua família, com isso minimiza ou até mesmo elimina, a assimetria na prestação de contas entre o ente público e a sociedade.

A administração pública vem evoluindo quanto a forma de prestar contas que por sua vez deixa a desejar, pois as ferramentas de gestão que a legislação oferece são complexas e de difícil entendimento por parte do cidadão. O gestor público peca em querer atender apenas aos órgãos fiscalizadores, visto que apesar da máquina pública dar o retorno a população essa não entende o que realmente é feito com o dinheiro público. Os gestores devem utilizar ferramentas que alcance ou que demonstre de uma forma simples e objetiva o quanto o ente público contribui e retorna em forma de benefícios.

O autor Slomski traz uma grande contribuição nesse sentido apresentando o Contracheque econômico como uma ferramenta que a longo prazo poderá ser empregada e divulgada como útil para efeito de transparência dos atos da gestão pública, pois individualiza a prestação de contas as pessoas diretamente envolvida nesse processo.

Diante disso a pesquisa demonstra que o gestor do município de Primavera de Rondônia vem contribuindo de forma significativa para a sobrevivência e bem estar da população carente o que precisa ser melhorado é a forma de transparecer e prestar contas a população.

## REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em: 10/02/2008.

DIAS, Omar Pires. **Revisão do PPA, LDO e LOA**. Porto Velho: Mimeo, 2006.

FUHRER, Maximilianus Claudio Américo e FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1997.

GRANGEIRO, José Wilson. **Direito Administrativo**. Brasília: Vestcon, 2007.

RONDÔNIA. **Instrução Normativa nº 13 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**. Dispõe sobre as informações e documentos a serem encaminhados pelos gestores e demais responsáveis pela Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios. Disponível em <[www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br)> acesso em 10/02/08.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: Teoria e 830 questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Lei 4.320/64**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em: 10/02/2008.

BRASIL. **Lei Complementar 101/2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em: 10/02/2008.

MANZIONE, Luiz. **Resumo de Direito Administrativo**. São Paulo: Leme, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1994.

MENDES, Guilherme Adolfo dos Santos. **Contabilidade geral para concursos**. 2. ed. São Paulo: Novas Conquistas, 2003.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, José Pereira dos. **Controle Externo da Gestão Pública**. Brasília: Vestcon, 2006.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

WIKIPEDIA, **enciclopédia livre**. Disponível em:  
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Accountability>> acesso 12/03/08.

#### **OBRAS CONSULTADAS**

BRASIL. **Decreto 200/67**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em: 10/02/2008.

BRASIL. **Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em: 10/02/2008.

## APÊNDICE A - Modelo do questionário/quadros que foi usado para aplicar a pesquisa

### 1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, MORAIS

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº .....			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda

### 2º QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL AS FAMÍLIAS

Discrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico:           CID:				
Ensino: Fundamental / Médio Série: 1º ano				
Ensino:           _____				
Série:           _____				
Ensino:           _____				
Série:           _____				
Ensino:           _____				
Série:           _____				
Coleta de lixo				
<b>TOTAL GERAL</b>				

### 3º QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR

( ) 1 a 2 salários mínimos   ( ) 2 a 3 salários mínimos   ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação				
Vestuário				
Limpeza				
Higiêne				
Assistência a saúde (privada)				
<b>Subtotal</b>				
IPTU				
<b>TOTAL</b>				

### 4º QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família			
Rua			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês			
(+) Consulta médio:			
(+) Ensino Fundamental			
(+) Ensino Médio (1)			
(+) Coleta de Lixo			

(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS			
(+) Salário Desemprego			
(+) Bolsa – família (1 Bolsa)			
(+) Cesta Básica			
(+) Medicamentos			
(+) outros			
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL			

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	
(-) Previdência Social	
Salário antes da integralização de capital	
Integralização de capital (IPTU)	
Salário mensal líquido	
Renda econômica conforme contracheque econômico	
Renda financeira conforme contracheque econômico	
Rendimento mensal líquido	



**APÊNDICE B - Levantamento dos custos de oportunidade (quanto a família iria pagar pelos menores preços de serviços caso não fosse oferecido pelo município)**

a) Preços (em valor mensal) de serviço prestado por escola particular: SESI – Serviço Social da Indústria.

Ensino Fundamental

Creche – 160,00

1ª série – 172,00

2ª série – 172,00

3ª série – 172,00

4ª série – 172,00

5ª série – 172,00

6ª série – 183,00

7ª série – 183,00

8ª série – 183,00

9ª série – 183,00

Ensino Médio

1ª série – 243,00

2ª série - 243,00

3ª série – 308,00

b) Preços (em valor mensal) de remédios da farmácia HIPERFARMA

Captopril ..... 15,00

Idrocotiazidol ..... 15,00

Propanalou ..... 10,00

Gardenal ..... 30,00

Prednisona ..... 20,00

Metildopa ..... 35,00

c) IPTU anula das famílias pesquisadas

valor.....40,00 anual dividido por 12 meses = 3,33

d) Bolsa família

valor.....18,00 por criança

e) Preço da consulta médica do hospital particular São Francisco:

Ortopedista.....150,00 a consulta

Cardiologista.....120,00 a consulta

Clinico Geral .....120,00 a consulta

## APÊNDICE C - Resultado da aplicação do questionário/quadros nas famílias pesquisadas

### 1ª FAMÍLIA

#### 1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA MORAIS

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 7			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Walter Morais	Pai	49 anos	Não	Não
Zilda Soares Morais	Mãe	43 anos	Sim	Não
Lucas Bispo Morais	Filho	24 anos	Sim	Não
Walter Morais Junior	Filho	14 anos	Não	Sim

#### 2º QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL À FAMÍLIA

Discrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Não CID:	_____	_____	_____	_____
Ensino: Fundamental / Médio Série: 1º ano	30/04/08	01	243,00	243,00
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>245,50</b>

#### 3º QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 890,00 REAIS: ( ) 1 a 2 salários mínimos (X) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	40%	356,00		
Vestuário	13%	115,70		
Limpeza	7%	62,30		
Higiene	6%	53,40		
Assistência a saúde (privada)	_____	_____		
<b>Subtotal</b>	<b>66%</b>	<b>587,40</b>		
IPTU	0,37%	3,33		
<b>TOTAL</b>	<b>66,37%</b>	<b>590,73</b>		

#### 4º QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família MORAIS			
Rua Francisco Soares			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês		245,00	
(+) Consulta médio:	-		
(+) Ensino Fundamental	-		
(+) Ensino Médio (1)	243,00		

(+) Coleta de Lixo			
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS		53,00	
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (1 Bolsa)	18,00		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos	35,00		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL		298,50	

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	890,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	890,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	886,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	245,00
Renda financeira conforme contracheque econômico	53,00
Rendimento mensal líquido	1.185,17

2ª FAMÍLIA

1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, FERNANDES.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 8			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Marcio dos Santos da Silva	Pai	24 anos	Sim	Não
Ester Fernandes	Mãe	31 anos	Sim	Não
Daniele Mendes Pereira	Filha	12 anos	Não	Sim
Tais Eduarda da Silva	Filha	3 anos	Não	Sim

2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL À FAMÍLIA

Discrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Não CID	_____	_____	_____	_____
Ensino: Fundamental / Médio Série: 8º Ano / Série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: Pré-Escola/Maternal Série: Creche	30/04/08	01	160,00	160,00
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				345,50

3º (QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 550,00 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	50%	275,00	-	-
Vestuário	12%	66,70		-
Limpeza	5%	27,50		-
Higiene	5%	27,50		-
Assistência a saúde (privada)	_____	_____		-
<b>Subtotal</b>	72%	396,00		-
IPTU	0,37%	3,33		-
<b>TOTAL</b>	66,37%	399,33		-

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: FERNANDES			
Rua Av. Jorge Teixeira			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) <b>Renda econômica dos serviços prestados no mês</b>			345,50
(+) Consulta médio:	-		
(+) Ensino Fundamental (2)	343,00		
(+) Ensino Médio (1)			
(+) Coleta de Lixo	2,50		
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) <b>RENDA FINANCEIRA DO MÊS</b>			53,00
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família	-		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos	-		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL			345,50

5º (QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	550,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	550,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	546,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	345,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	-
Rendimento mensal líquido	892,17

3ª FAMÍLIA

1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, OLIVEIRA.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 9			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda

Cláudio Jose de Oliveira	Pai	39 anos	Sim	Não
Claudelize Eumira Oliveira	Mãe	40 anos	Não	Não
Diogo dos Santos de Lima	-	-	-	-
Edinéia Eumira Santos	-	-	-	-
Diego de Oliveira	Filho	15 anos	Não	Sim
Edicléia de Oliveira	Filha	10 anos	Não	Sim

2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL À FAMÍLIA

Descrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Rogério/Ortopedista CID	10/04/08	01	150,00	150,00
Ensino: Fundamental Série: 8º Série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: Fundamental Série: 3º Série	30/04/08	01	172,00	172,00
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				507,50

3º QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 507,50 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	40%	332,00		
Vestuário	15%	124,50		
Limpeza	6%	49,80		
Higiene	5%	41,50		
Assistência a saúde (privada)	_____	_____		
<b>Subtotal</b>	66%	547,00		
IPTU	0,40%	3,33		
<b>TOTAL</b>	66,40%	551,13		

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: OLIVEIRA			
Av. Jorge Teixeira			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês			507,50
(+) Consulta médio:	150,00		
(+) Ensino Fundamental (2)	355,00		
(+) Ensino Médio			
(+) Coleta de Lixo	2,50		

(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS		56,00	
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (2 Bolsa) de 18,00	36,00		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos (Predinipona)	20,00		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL		563,50	

#### 5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	830,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	830,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	826,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	507,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	56,00
Rendimento mensal líquido	1.390,17

#### 4ª FAMÍLIA

##### 1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, MORAES.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 10			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Nelcídio Moraes	Pai	40 anos	Sim	Não
Valdelice Pereira Gomes Moraes	Mãe	36 anos	Sim	Não
Ariane Cristine Moraes	Filha	17 anos	Não	Sim
Maicon Douglas Moraes	Filho	16 anos	Não	Sim
Diogo Wosclington Moraes	Filho	14 anos	Não	Sim

##### 2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL À FAMÍLIA

Discrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Não CID	—	—	—	—
Ensino: Médio Série: 3º ano	30/04/08	01	308,00	308,00
Ensino: Médio Série: 1º ano	30/04/08	01	243,00	243,00
Ensino: Fundamental Série: 8º Série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: _____ Série: _____	—	—	—	—
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				736,50

3º QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 750,00 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	50%	375,00		
Vestuário	7%	52,00		
Limpeza	10%	75,00		
Higiene	10%	75,00		
Assistência a saúde (privada)	_____	_____		
<b>Subtotal</b>	77%	577,50		
IPTU	0,44%	3,33		
<b>TOTAL</b>	77,44%	580,83		

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: MORAES			
Rua Sebastião Romão			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês		736,50	
(+) Consulta médio:	-		
(+) Ensino Fundamental (1)	183,00		
(+) Ensino Médio (2)	551,00		
(+) Coleta de Lixo	2,50		
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS		36,00	
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (2 Bolsa) de 18,00	36,00		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos (Predinipona)	-		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL			772,50

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	750,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	750,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	746,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	736,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	36,00
Rendimento mensal líquido	1.519,17

5ª FAMÍLIA

1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, GARCIA.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 15			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Ângelo C. Garcia	Pai	47 anos	Sim	Não

Maria Lucia O. Romão Garcia	Mãe	31 anos	Sim	Não
Jaqueline O. Garcia	Filha	14 anos	Não	Sim
Everson O. Garcia	Filho	12 anos	Não	Sim
Leonardo O. Garcia	Filho	10 anos	Não	Sim
Poliane O. Garcia	Filha	7 anos	Não	Sim

2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL AS FAMÍLIAS

Descrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Não CID	—	—	—	—
Ensino: Fundamental/Médio Série: 1º ano	30/04/08	01	243,00	243,00
Ensino: Fundamental Série: 5º Série	30/04/08	01	172,00	172,00
Ensino: Fundamental Série: 2º Série	30/04/08	01	172,00	172,00
Ensino: Fundamental Série: 1º Série	30/04/08	01	172,00	172,00
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				761,50

3º QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 800,00 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	40%	320,00		
Vestuário	10%	80,00		
Limpeza	5%	40,00		
Higiene	7%	56,00		
Assistência a saúde (privada)	—	—		
<b>Subtotal</b>	62%	496,00		
IPTU	0,42%	3,33		
<b>TOTAL</b>	62,42%	499,33		

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: GARCIA			
Av. Jorge Teixeira			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês		761,50	
(+) Consulta médio:	-		
(+) Ensino Fundamental (1)	516,00		
(+) Ensino Médio (2)	243,00		
(+) Coleta de Lixo	2,50		
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			



(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS		87,00	
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (4 Bolsa) de 18,00	72,00		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos (Captopril) cartela	15,00		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL		848,50	

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	800,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	800,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	796,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	761,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	87,00
Rendimento mensal líquido	1.645,17

6ª FAMÍLIA

1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, CRUZ.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 16			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Manoel Edvam P. da Cruz	Pai	36 anos	Sim	Não
Lucia Pires de Lima Pereira	Mãe	34 anos	Não	Não
Trazano Pereira Cruz	Filho	12 anos	Não	Sim
Alex Lima Cruz	Filho	8 anos	Não	Sim
Leonardo O. Garcia	Filho	10 anos	Não	Sim
Alizama Pereira da Cruz	Filha	6 anos	Não	Sim

2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL À FAMÍLIA

Discrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Rogério / Raimundo CID. Ortopedista	08/04/08	01	150,00	150,00
Ensino: Fundamental Série: 6º Série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: Fundamental Série: 2º Série	30/04/08	01	172,00	172,00
Ensino: Fundamental Série: 1º Série	30/04/08	01	172,00	172,00
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				679,50

3º QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 415,00 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	40%	166,00		
Vestuário	10%	41,50		
Limpeza	3%	12,45		
Higiene	5%	20,75		
Assistência a saúde (privada)	_____	_____		
<b>Subtotal</b>	58%	240,70		
IPTU	0,81%	3,33		
<b>TOTAL</b>	58,81%	244,03		

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: CRUZ			
Rua Sebastião Romão			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês		679,50	
(+) Consulta médio:	150,00		
(+) Ensino Fundamental (1)	527,00		
(+) Ensino Médio (2)	-		
(+) Coleta de Lixo	2,50		
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS		91,00	
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (2 Bolsa) de 18,00	36,00		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos (Propanalon,Capitolpril, Gardenal)	55,00		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL			770,50

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	415,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	415,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	411,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	679,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	91,00
Rendimento mensal líquido	1.182,17

7ª FAMÍLIA

1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, CAMPOS.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 18			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Natanael Ramos de Campos	Pai	42 anos	Sim	Não

Rutileia de Paula Campos	Mãe	32 anos	Sim	Não
Luciana Ramos de Campos	Filha	16 anos	Não	Sim
Jonadab Ramos de Campos	Filho	13 anos	Não	Sim
Abmael Ramos de Campos	Filho	11 anos	Não	Sim

2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL AS FAMÍLIAS

Descrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Não CID	—	—	—	—
Ensino: Fundamental/Médio Série: 3º ano	30/04/08	01	308,00	308,00
Ensino: Fundamental Série: 9º ano/série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: Fundamental Série: 6º Série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: — Série: —	—	—	—	—
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				676,50

3º (QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR DE 570,00 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	50%	285,00		
Vestuário	12%	68,40		
Limpeza	8%	45,60		
Higiene	4%	22,80		
Assistência a saúde (privada)	—	—		
<b>Subtotal</b>	74%	421,80		
IPTU	0,58%	3,33		
<b>TOTAL</b>	74,58%	425,13		

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: CAMPOS			
Av. Jorge Teixeira			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês		676,50	
(+) Consulta médio:	-		
(+) Ensino Fundamental (1)	366,00		
(+) Ensino Médio (2)	308,00		
(+) Coleta de Lixo	2,50		
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS			

(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (4 Bolsa) de 18,00	-		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos (Captopril) cartela	-		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL		676,60	

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	570,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	570,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	566,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	676,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	-
Rendimento mensal líquido	1.243,17

8ª FAMÍLIA

1º (QUESITO) CADASTRO DA FAMÍLIA, PAULINO.

Município: Primavera de Rondônia/RO	Quadra nº 14			
Nome	Parentesco	Idade	Trabalha	Estuda
Jose Paulino	Pai	43 anos	Sim	Não
Lourdes Prado Paulino	Mãe	46 anos	Não	Não
Ludiane Prado Paulino	Filha	14 anos	Não	Sim
Jociana Prado Paulino	Filha	10 anos	Não	Sim

2º (QUESITO) SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA NO MÊS DE ABRIL À FAMÍLIA

Discrição dos Serviços Prestados	Data	Quantidade	Custo de Oportunidade	Total
Consulta médio: Posto de Saúde Médico: Geni/Clínico Geral CID	24/04/08	01	120,00	120,00
Ensino: Fundamental/Médio Série: 1º ano	30/04/08	01	243,00	243,00
Ensino: Fundamental Série: 6º Série	30/04/08	01	183,00	183,00
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Ensino: _____ Série: _____	_____	_____	_____	_____
Coleta de lixo	30/04/08	02	1,25	2,50
TOTAL GERAL				548,50

3º (QUESITO) CONSUMO FAMILIAR MENSAL COM BASE NO RENDIMENTO FAMILIAR 450,00 REAIS

(X) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 4 salários mínimos

Grupos de Consumo	%	\$	-	Total
Alimentação	50%	225,00		
Vestuário	7%	31,50		
Limpeza	4%	18,00		
Higiene	3%	13,50		
Assistência a saúde (privada)	_____	_____		
<b>Subtotal</b>	64%	288,00		
IPTU	0,74%	3,33		
<b>TOTAL</b>	64,74%	291,33		

4º (QUESITO) CONTRACHEQUE ECONÔMICO

CONTRACHEQUE ECONÔMICO			
Família: PAULINO			
Av. Getulio Vargas			
Mês de Abril de 2008			
(=) RENDA ECONÔMICA ACUMULADA NO ANO			
(=) Renda econômica dos serviços prestados no mês		548,50	
(+) Consulta médio:	120,00		
(+) Ensino Fundamental (1)	183,00		
(+) Ensino Médio (2)	243,00		
(+) Coleta de Lixo	2,50		
(=) RENDA FINANCEIRA ACUMULADA NO ANO			
(=) RENDA FINANCEIRA DO MÊS		66,00	
(+) Salário Desemprego	-		
(+) Bolsa – família (4 Bolsa) de 18,00	36,00		
(+) Cesta Básica	-		
(+) Medicamentos (Captopril) cartela	30,00		
(+) outros	-		
(=) RENDA ECONOMICA E FINANCEIRA FAMILIAR ANUAL			614,50

5º QUESITO) RENDIMENTO MENSAL COM RENDA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Salário mensal bruto	450,00
(-) Previdência Social	-
Salário antes da integralização de capital	450,00
Integralização de capital (IPTU)	3,33
Salário mensal líquido	446,67
Renda econômica conforme contracheque econômico	548,50
Renda financeira conforme contracheque econômico	66,00
Rendimento mensal líquido	1.061,17